
**A TRANSIÇÃO DO CENÁRIO EDUCACIONAL EM MEIO À
PANDEMIA DO COVID-19: DESAFIOS E PROBLEMÁTICAS
ENVOLVIDAS NA PRÁTICA DOCENTE NAS TURMAS DE
EDUCAÇÃO INFANTIL**

The Transition of the Educational Landscape amid the Covid-19 Pandemic: Challenges and Problems Involved in Teaching Practice in Early Childhood Education Classes

La Transición del Escenario Educativo en medio a la Pandemia del Covid-19: Desafíos y Problemáticas Involucradas en la Práctica Docente en las Clases de Educación Infantil

Received: october/2020

Accepted: november/2020

Available online: december/2020

Priscila Caldas Sapucaia, Licenciatura Plena em Pedagogia pela UERJ, Brasil.
E-mail:priscilapedagogiauerj@yahoo.com

Paula Dias Alves, Especialista em Docência no Ensino Superior e Licenciatura em Letras Português / Espanhol e Demais Literaturas pela Faculdade CCAA, Brasil.
E-mail:paulacp2@hotmail.com

Resumo: O presente artigo tem como finalidade o estudo dos reflexos ocasionados pela pandemia do Coronavírus (COVID-19) na educação, com a implementação do ensino EAD (Ensino a Distância). Observamos por meio dos relatos de experiências, as dificuldades vividas pelos docentes das turmas de Educação Infantil durante as aulas remotas, questionando e demonstrando se é possível o ensino remoto para essas crianças. Ao decorrer de nossas pesquisas, foram apresentadas muitas dificuldades por parte dos professores durante o ensino remoto, sendo uma delas a utilização dos TIC's em suas aulas, pois muitos não tinham conhecimento de quais ferramentas utilizar e, os que tinham, não sabiam manusear de forma correta. Outro fator observado foi o comportamento das famílias que se sentem inseguras em ajudar seus filhos no processo educativo, resultando na

grande parcela de cancelamento de matrículas de alunos na educação infantil principalmente nas instituições de pequeno porte. Este trabalho proporcionará aos docentes uma nova visão sobre como e de que maneira trabalhar com esses alunos de forma significativa, apresentando formas para utilizar as TIC's, durante as aulas remotas, como ferramenta de ensino, nos auxiliando por meio dos estudos da neurociência sobre o funcionamento do cérebro na aprendizagem, da primeira infância, a BNCC como reguladora do currículo para a educação infantil e a LDB como lei regulamentadora. E, por fim, promoverá a conscientização das famílias sobre a importância de não desistir momentaneamente da educação de seus filhos durante as aulas remotas, proporcionando, alternativas para que o desenvolvimento do aluno continue de forma auto suficiente, mesmo que sem estar presente nas atividades escolares.

Palavras-chave: Educação 1. Tic's 2. Docente 3. Aluno 4. Famílias

Abstract: This article aims to study the reflexes caused by the Coronavirus pandemic (COVID-19) in education, with the implementation of distance education (EAD). We will observe through the reports of experiences, the difficulties experienced by the teachers of Early Childhood Education classes during remote classes, questioning and demonstrating whether remote teaching is possible for these children. During the course of our research, many difficulties on the part of teachers, during remote teaching, were presented, one of them being the use of ICT's in their classes, as many were not aware of which tools to use and, those who had, did not know how to handle correctly. Another factor observed was the behavior of families that feel insecure in helping their children in the educational process, resulting in the large portion of cancellation of enrollment of students in early childhood education, especially in small institutions. This work will provide teachers with a new view on how and how to work with these students in a meaningful way, presenting ways to use ICTs, during remote classes, as a teaching tool, helping us through neuroscience studies on the functioning from the brain in learning, from early childhood, BNCC as a regulator of the curriculum for early childhood education and LDB as a regulatory law. And, finally, it will promote families' awareness of the importance of not giving up their children's education momentarily during remote classes, providing alternatives for the student's development to continue in a self-sufficient way, even without being present in school activities.

Keywords: Education 1. Tic's 2. Teacher 3. Student 4. Families

Resumen: Este artículo tiene como objetivo estudiar los reflejos provocados por la pandemia de Coronavirus (COVID-19) en la educación, con la implementación de la educación a distancia (EAD). Observaremos a través de los relatos de experiencias, las dificultades vividas por los profesores de las clases de Educación Infantil durante las clases a distancia, cuestionando y demostrando si la enseñanza a distancia es posible para estos niños. Durante el transcurso de nuestra investigación, se presentaron muchas dificultades por parte de los docentes, durante la enseñanza a distancia, una de ellas fue el uso de las TIC en sus clases, ya que muchos no sabían qué herramientas utilizar y los que sí, no sabían cómo manejar correctamente. Otro factor observado fue el comportamiento de las familias que se sienten inseguras en ayudar a sus hijos en el proceso educativo, resultando en la gran parte de cancelaciones de matrícula de estudiantes en educación infantil, especialmente en instituciones pequeñas. Este trabajo proporcionará a los docentes una nueva visión sobre cómo y cómo trabajar con estos estudiantes de manera significativa, presentando formas de usar las TIC, durante las clases remotas, como una herramienta de enseñanza, ayudándonos a través de estudios de neurociencia sobre el funcionamiento desde el cerebro en el aprendizaje, desde la primera infancia, BNCC como regulador del plan de estudios para la educación infantil y LDB como ley reguladora. Y, finalmente, promoverá la conciencia de las familias sobre la importancia de no renunciar momentáneamente a la educación de sus hijos durante las clases a distancia, brindando alternativas para que el desarrollo del alumno continúe de manera autosuficiente, incluso sin estar presente en las actividades escolares.

Palabras-clave: Educación 1. Tic's 2. Docente 3. Alumno 4. Familias

INTRODUÇÃO

Sabemos que a Educação sempre se fez presente em todos os âmbitos da sociedade e, no cenário atual, decorrida da pandemia originada pelo COVID-19, com uma nova forma de

construção de vida social surgindo, ela precisou se reinventar, trazendo consigo discussões sobre a sua prática. No entanto, com uma nova ideologia construída para que o processo educativo não paralise e continue de forma significativa aos seus educandos, as instituições escolares se viram na necessidade de se reestruturar educacionalmente, propondo aos seus alunos um ensino voltado para o ensino à distância, trazendo, como solução, as aulas remotas.

Por isso, diante dessa pandemia, as escolas tiveram que se adaptar à necessidade de uma nova forma de ensinar, tendo os professores que se reinventar em relação a sua prática docente, utilizando, para isso, a educação remota, visando proporcionar um ensino à distância com a mesma qualidade de uma aula presencial. Entretanto, percebemos que este novo cenário requer muitas questões a serem discutidas, pensadas e analisadas, visto que o Ensino On Line, mesmo sendo uma realidade no país em vários segmentos da área educacional, ainda traz preocupações, desafios e questionamentos sobre esta nova forma de ensinar. Um desses desafios é a preparação do docente em relação às novas tecnologias, visto que a utilização dessas tecnologias se torna necessária para elaboração das aulas, tornando a aprendizagem mais divertida e interessante ao aluno, assim como facilitadora em relação ao acesso à informação e comunicação entre aluno x professor. Muitos docentes não possuem conhecimento prévio sobre as TIC's (Tecnologia da Informação e Comunicação), por isso, não sabem usá-las como ferramenta facilitadora contributiva para a construção do saber dos discentes.

Entretanto, uma das preocupações é à aplicação das aulas remotas de forma integral para turmas de Educação Infantil, pois essa etapa se configura na fase inicial da formação da criança, sendo ela social, afetiva, emocional e intelectual, necessitando de atividades que envolvam experiências, interação e mediação do professor com o aluno. E, apesar de entender que no momento a qual estamos vivenciando, a utilização deste tipo de aprendizagem se faz

necessária, deve-se questionar se essa metodologia para a Educação Infantil, que é baseada na construção da aprendizagem voltada para crianças de 0 a 5 anos de idade, refletirá positivamente em sua aprendizagem, principalmente se todas elas terão acesso a essa nova forma de aprender. Isso porque nesse novo cenário, é primordial que exista uma comunicação entre escola e família, a qual muitas das vezes não ocorre. A família precisa estar presente em todo o processo de aprendizagem, criando um elo entre a aprendizagem do aluno e o ensinamento do professor, pois essa comunicação permitirá ao docente entender qual será o melhor caminho a seguir e, mediante relatos dos pais sobre o comportamento do aluno durante as aulas, o docente poderá elaborar intervenções quando necessário para o enriquecimento de suas aulas com experiências que estejam voltadas para o interesse do aluno. Dessa forma, esse trabalho de cooperação ajudará no desenvolvimento da criança de forma significativa, não havendo, portanto, prejuízo na sua aprendizagem

Sendo assim, precisamos analisar as melhores maneiras para promover uma educação de qualidade voltada para o ensino remoto, sem que ocorra qualquer tipo de prejuízo para o aprendiz. Logo, nos preocupamos se teremos professores capacitados, recebendo toda estrutura necessária para realizar seu trabalho, pois sem o devido preparo e direcionamento na utilização dessas ferramentas, como metodologia de aprendizagem, poderá tornar-se algo danoso tanto para os alunos quanto para pais e professores.

CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NA EDUCAÇÃO

Segundo o Ministério da Saúde, em novembro de 2019, houve um surto de uma doença respiratória localizado na cidade de Wuhan, na China e, após dois meses, houve milhares de óbitos resultantes da Covid-19 (nomenclatura atual da doença).

Sendo assim, no início do ano 2020, o Brasil foi surpreendido por esse novo vírus conhecido como *Coronavírus (SARS-COV-2)*, havendo a propagação, para muitos países, ocasionando uma grande quantidade de óbitos, principalmente nos grupos de risco, considerados mais vulneráveis como gestantes, idosos, imunodeprimidos, entre outros.

De acordo com o documento “Protocolo de Manejo Clínico da Covid-19 na Atenção Especializada”:

O SARS-COV-2 é classificado como um Beta Coronavírus do mesmo subgênero da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), porém do outro subtipo. Sua transmissão entre humanos ocorre principalmente por meio de contato com pessoas sintomáticas (especialmente através das mãos não higienizadas) e pelo contato com gotículas respiratórias oriundas de pacientes. O período médio de incubação da infecção por SAR-Cov-2 é estimado em 5 a 6 dias, com intervalo que pode variar de 0 a 14 dias.

De acordo com esse órgão, a transmissão do vírus pode ser dada pelo ar ou por contato pessoal e algumas orientações de precaução foram repassadas à população: manter uma distância mínima de um metro entre as pessoas, usar álcool em gel 70, máscara, entre outros, evitando assim a propagação desse novo vírus. Além disso, como medida mais extrema e protetiva em relação ao combate da pandemia, os brasileiros foram orientados por seus governantes a ficarem em suas casas e saírem apenas quando necessário.

Devido ao novo cenário instaurado por meio dessa nova doença transmissível, no dia 03 de março de 2020, o Distrito Federal publicou um Decreto nº 40.520/2020 que tratava da suspensão de todas as atividades coletivas, incluindo as educativas. Em seguida, muitas autoridades do Brasil também tomaram essa decisão em relação à suspensão das atividades.

No estado do Rio de Janeiro, o Governador Estadual, Wilson Witzel, publicou o Decreto nº46.970¹ no dia 13 de março de 2020, dispondo sobre as “medidas temporárias de prevenção e enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19), do regime de trabalho de servidor público e contratado” e, por isso, em relação à Educação foi decretado:

Art. 4. De forma excepcional, com o único objetivo de resguardar o interesse da coletividade na prevenção do contágio e no combate da propagação do coronavírus, (COVID-19), determino a suspensão, pelo prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes atividades:

VI - das aulas, sem prejuízo da manutenção do calendário recomendado pelo Ministério da Educação, nas unidades da rede pública e privada de ensino, inclusive nas unidades de ensino superior, sendo certo, que o Secretário de Estado de Educação e o Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação deverão expedir em 48 (quarenta e oito horas) ato infralegal para regulamentar as medidas de que tratam o presente Decreto;

Logo, por medida de segurança, as escolas se viram obrigadas a fecharem suas portas, tendo que se adaptar à nova realidade e buscando soluções para que seus alunos não fossem prejudicados com a perda do ano letivo. Sendo assim, a modalidade educação à distância (EAD) repentinamente precisou ser implantada em todas as redes de ensino da educação básica e superior, como solução encontrada para que o ensino tivesse continuidade, mesmo sem a mínima estrutura adequada e sem prévio estudo do impacto a ser causado na rotina dos profissionais da educação, dos estudantes e de seus familiares.

METODOLOGIA

Para realização deste artigo utilizaremos como metodologia, um estudo de caráter qualitativo, por meio de pesquisas, relatos de experiências vividas por profissionais de educação e na observação comportamental das famílias e dos alunos, oriundos de instituições

¹ Documento na íntegra disponível em:: <https://pge.rj.gov.br/covid19/estadual/decretos>

públicas e privadas, em meio a essa nova forma de aprendizagem, para que possamos identificar:

- Quais as dificuldades desenvolvidas durante o processo de ensino e aprendizagem;
- Que ferramentas estão sendo implementadas e como estão sendo implementadas;
- Se existe acessibilidade igualitária a esses alunos;
- Se, de fato, essa nova forma de ensinar e aprender está sendo efetiva a todas essas crianças;
- Entendermos se cabe realmente esse tipo de prática para alunos de Educação infantil;
- E se existe amparo ao profissional de educação, famílias e aos alunos.

Dessa forma, permitiremos uma análise crítica sobre o ensino remoto com as TIC's para os educandos da educação infantil, tendo como base teórica as contribuições de Palácios & Cools (2004) a respeito da utilização desta ferramenta no ensino, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) como orientadora curricular das habilidades e competências que o aluno da educação infantil deve obter em sua aprendizagem e em consonância com a LDB² (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Sendo assim, discutiremos maneiras pelas quais o ensino, mesmo que remoto, possa proporcionar uma educação significativa, sem que a criança tenha um atraso na sua formação, verificando, portanto, de que forma a tecnologia pode contribuir para que os professores possam executar sua prática de maneira que seja interessante para o aluno.

O ENSINO À DISTÂNCIA

De acordo com o MEC (Ministério da Educação), “educação a distância” é uma modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, fisicamente ou

² Documento na íntegra disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, contribuindo para a complementação dos estudos realizados em sala de aula, atuando como ampliação da aprendizagem.

Os pensadores Moore e Kearsley afirmam que:

A ideia básica de educação a distância é muito simples: alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam. Estudando em locais distintos, eles dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informação e lhes proporcionar um meio para interagir (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 1).

No Brasil, a educação a distância foi regulamentada por meio do Decreto nº 5622/2005³, revogado pelo Decreto nº 9057, de 2017, em que no capítulo II, referente à oferta da EAD na Educação Básica, incita que essa modalidade se dará em caráter emergencial, abrindo um pequeno espaço na introdução dessa nova forma de estudo por meio do parágrafo 4º, no artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), como um ensino complementar.

Art. 8. Compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância nos seguintes níveis e modalidades:

- I - ensino fundamental, nos termos do
- II - ensino médio, nos termos do
- III - educação profissional técnica de nível médio;
- IV - educação de jovens e adultos; e
- V - educação especial.

Com isso, ao analisar a LDB, podemos observar que não existe a implementação da educação a distância para a Educação Infantil. Entretanto, devido a pandemia, o CNE (Conselho Nacional de Educação) autorizou a utilização de videoaulas, meios digitais,

³ Documento na íntegra disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm

plataformas virtuais, redes sociais, entre outros, para todos os segmentos educacionais, disponibilizando um documento⁴, publicado em diário oficial, em 01 de junho de 2020, que traz orientações e sugestões de ensino para educação infantil à superior. Sobre este documento:

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa parcialmente o Parecer CNE/CP nº 5/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação - CNE, o qual aprovou orientações com vistas à reorganização do calendário escolar e à possibilidade de cômputo de atividades não presenciais, para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e deixa de homologar o item 2.16 do referido Parecer, o qual submete para reexame do Conselho Nacional de Educação, considerando as razões constantes na Nota Técnica nº 32/2020/ASSESSORIA-GAB/GM/GM, conforme consta do Processo nº 23001.000334/2020-21.

Desse modo, com essa nova determinação é questionável se a aprendizagem nesse tipo de implementação de ensino EAD, para Educação Infantil, em caráter emergencial, está sendo inserida a esses alunos como uma nova possibilidade de promover uma educação baseada na construção do saber e desenvolvimento integral da criança, a qual podemos começar a pensar e nos impulsionar para essa nova prática, ou só estamos agindo mediante a uma imposição de uma ideia de que “a educação não pode parar”.

Caso contrário, podemos nos deparar com situações incômodas que irão interferir diretamente em vários aspectos, não somente da aquisição da aprendizagem, como também relacionado ao lado emotivo e psicológico de todos que estão inseridos neste cenário, como afirma o pensador Umberto Eco ao dizer que o excesso dela “pode conduzir ao caos, ao silêncio” (1987, apud COLL, MARCHESI, PALACIOS & COLS; 2004).

⁴ Para leitura de tal documento, vá para:

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>

Sendo assim, para que isso não ocorra em relação à educação, faz-se necessário estabelecer “critérios que permitam avaliar sua qualidade e confiabilidade [no] uso deliberado e estratégico da informação” (COLL, MARCHESI, PALACIOS & COLS; 2004), principalmente quando estamos inserindo ao campo educacional uma nova ferramenta de estudo à distância.

EDUCAÇÃO INFANTIL E O ENSINO REMOTO

De acordo com a (Lei nº 9.394/96) LDB, a Educação Infantil:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

~~II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.~~

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Essa etapa educacional é uma das mais importantes na construção da criança como indivíduo independente e como um ser social e participativo, traduzindo na base de construção de toda sua trajetória dentro do campo educacional. Dessa maneira, podemos afirmar que a sua aprendizagem ocorre na utilização de atividades que envolvam experiências, como brincadeiras, utilização de materiais concretos, contação de histórias, música, dança, por meio de mediações e relações afetivas entre professor e aluno, entre os próprios aprendizes, agregando em sua formação como ser humano.

Por isso, ressaltamos que a aprendizagem está diretamente relacionada ao nível de desenvolvimento cognitivo do aprendiz, dessa forma, na educação infantil é preciso que ocorra a estimulação para facilitar a construção das estruturas operatórias concretas, de modo que permita a devida progressão desses alunos. Necessitando indagarmos se essa criança que

necessita de medicação e interação com outro conseguirá aprender de forma significativa de forma remota.

É possível dizer que sim, no entanto, para que isso aconteça, precisamos estabelecer algumas relações:

- Quais habilidades e competências uma criança na fase educacional da educação Infantil precisa adquirir.
- Entender o comportamento de uma criança com faixa etária de 0 a 5 anos e conhecer seus alunos individualmente
- Estudar ferramentas que possam auxiliar na dinamização das aulas.
- Conscientização das famílias na sua participação nessa nova forma de aprendizagem, pois elas serão fundamentais nessa prática.

De acordo com a BNCC⁵ (Base Nacional Comum Curricular), a criança tem como direitos fundamentais brincar, conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se durante o processo de aprendizagem, de maneira que possamos formar um indivíduo completo de sentimentos, opiniões e pensamento crítico.

Sabemos que as crianças possuem estágios no seu desenvolvimento, o que Piaget (1980) chama de fases de desenvolvimento cognitivo. Para ele crianças de 0 até cerca de 2 anos aprendem por meio de objetos e manipulação de objetos, conhecida como fase sensório-motor e as de 2 a 7 anos já apresentam consigo sua língua materna, exceto aquelas com dificuldade ou limitação cognitiva, e a sua percepção de mundo, de acordo com suas experiências, conhecida como fase de desenvolvimento pré-operatório. Nesta fase, predomina a criatividade e a imaginação, onde ela a transmite por meio de objetos ou sons, assim como o

⁵ Para leitura da BNCC, vá para: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

surgimento da curiosidade sobre o mundo, “a fase dos porquês”, dos questionamentos. Sendo assim, não podemos traduzi-la como um adulto em miniatura, e sim um indivíduo único que apresenta características próprias de sua idade e é competente socialmente, tendo essas características marcadas por gostos e preferências.

Hoje as crianças estão cada vez mais tecnológicas e podemos utilizar dessa realidade para inserirmos sua aprendizagem de maneira que esses alunos consigam se desenvolver mesmo que em suas casas, sem que a tecnologia se torne algo viciante e danoso a elas. A neurociência nos permite construir formas diversificadas de se trabalhar com esses alunos de maneira em que eles consigam se desenvolver, pois ela nos faz entender como o cérebro se comporta durante a aprendizagem, sendo capaz de explicar como o cérebro aprende, tornando um facilitador na construção do saber e na utilização de novos métodos.

Nos estudos da neurociência, entendemos a primeira infância como uma "verdadeira janela" para oportunizar a absorção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades, tendo como conceito de extrema importância a plasticidade cerebral. Ramon Cosenza e Leonor Guerra, no livro “Neurociência e Educação”, explicam que a plasticidade do cérebro tem a função de fazer e desfazer ligações entre os neurônios, que são consequências das interações entre o ambiente externo e interno, permitindo o aprendizado, raciocínio e o desenvolvimento de habilidades. É durante a primeira infância que existe maior habilidade de respostas por parte do cérebro, relacionado às experiências na qual a criança é exposta, Isso ocorre devido à maior sensibilidade na recepção de estímulos, havendo assim maior plasticidade cerebral e facilidade na aprendizagem. Ou seja, quanto mais jovem o aprendiz, mais estímulos o cérebro recebe e a criança aprende com mais rapidez e facilidade. Logo, quanto maior e diversificado forem os estímulos oferecidos a esses indivíduo, como vídeos animados elaborados por

assunto temático de aula, jogos, entre outros, diversas serão as possibilidades ofertadas para o desenvolvimento da criança.

Sendo assim, a utilização das TIC's em conjunto com outros materiais e métodos, auxiliam no envio desses estímulos, trazendo benefícios para aprendizagem desses alunos por meio da construção, por parte dos professores.

COMO UTILIZAR O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

O documento elaborado pela CNE, traz recomendações que nos permite entender como podemos trabalhar com esses alunos e ainda sugere uma série de atividades não presenciais que podem ser utilizadas pelas redes de ensino durante a pandemia: “[v]ideoaulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão e rádio e material didático impresso entregue aos responsáveis são algumas das alternativas possíveis.” (ESTRELLA, LIMA, 2020).

Sobre essas recomendações:

Educação infantil – A orientação para creche e pré-escola é que os gestores busquem uma aproximação virtual dos professores com as famílias, de modo a estreitar vínculos e fazer sugestões de atividades às crianças e aos pais e responsáveis. As soluções propostas pelas escolas e redes de ensino devem considerar que as crianças pequenas aprendem e se desenvolvem brincando prioritariamente

Desse modo, para realizar um trabalho que tenha como objetivo uma aprendizagem significativa para alunos de educação infantil, baseados nessas orientações, podemos construir atividades com as seguintes estruturas:

- Realização de aulas por meio de vídeos alegres e coloridos produzidos com músicas, ilustrações, sendo objetivos e de curta duração (crianças não conseguem se manter atentos por muito tempo a uma única informação).

- Utilização de jogos educativos para trabalhar a percepção, coordenação motora e atenção, como complementar da aprendizagem, que possam entreter a criança de maneira divertida e que atraia seu interesse.
- Vídeos com contação de história para trabalhar variedades de textos literários, oportunizando a imaginação, criatividade, atenção e contato com a língua iniciando assim o processo de alfabetização, podendo utilizar sites de vídeos como por exemplo *Youtube*.
- Fazer uso de materiais que estejam à disposição nas casas dos alunos, como copos, panelas, areia, farinha, entre outros, para que possamos trabalhar texturas, sons e movimentos.
- Participação das famílias, pois elas serão as mediadoras na realização das atividades. Crianças pequenas precisam de orientação e mediação.
- Orientação por parte dos professores na realização das atividades, tendo em vista que os pais não possuem conhecimento técnico da finalidade pela qual aquela atividade é indicada.
- Toda e qualquer dúvida por parte do aluno deve ser reportada ao professor, pelos pais, para que o mesmo busque atividades e intervenções para que essa dificuldade seja superada.
- Todas as atividades realizadas pelos alunos devem ser enviadas em forma de vídeo para o professor avaliar. A etapa da educação infantil possui uma forma diferenciada de se realizar a avaliação do aluno, em que utilizamos as observações do comportamento da criança durante toda a atividade. São nessas observações que identificamos se o aluno está evoluindo ou não no seu processo cognitivo, socioafetivo, psicológico e motor.

- Criar uma rotina para que esse aluno possa se acostumar com esse novo cenário educacional. Essa rotina deverá ser priorizada no turno em que o aluno estuda presencialmente na escola, facilitando a sua readaptação.
- Conversar sempre com a criança, explicando os motivos pelos quais as aulas serão em sua casa. Ouvir e observar o que a criança expressa também é importante para ajudá-la nesse momento que é novo para ela. Lembrando que existem crianças que não reagem bem a mudanças e esse comportamento pode comprometer seu rendimento escolar.

Entretanto, precisamos entender que durante a pandemia, as aulas exigem exclusivamente a necessidade da utilização de ferramentas tecnológicas, como aplicativos de edição de vídeos, que em sua maioria, não faz parte da vida profissional dos professores. Logo, é necessário que seja apresentado a esses profissionais, por intermédio de cursos, ou até mesmo de pesquisas realizadas pela equipe de gestão, para que o docente tenha apoio na utilização dos mesmos, oferecendo-lhes estrutura de trabalho.

Pois, caso o contrário, de nada servirão esses instrumentos e teremos duas situações: professores estafados por não conseguirem realizar seu trabalho de maneira que seu aluno aprenda e alunos desestimulados, com baixa participação nas atividades escolares.

Ademais, outro fator importante que auxilia na aprendizagem desses alunos, é a participação das famílias, uma vez que sem elas o trabalho não tem como ser realizado, pois durante a primeira infância, é de extrema importância a mediação do professor e, mesmo que devido ao confinamento exigido pela pandemia, essa não ocorra em sala de aula, os pais ou responsáveis podem realizá-la em suas casas.

Logo, o professor permanece como elemento fundamental para que o ensino ocorra, já que mesmo utilizando a tecnologia como ferramenta, seu papel não se anula com essa nova formação educativa e sim se integra às responsabilidades dos pais.

DESAFIOS NO CENÁRIO EDUCACIONAL ATUAL

A fim de entendermos quais desafios estão sendo enfrentados por professores, alunos e famílias, de todas as áreas socioeconômicas, em meio ao novo cenário educacional, realizamos entrevistas e pesquisas encontradas no portal do Ministério da Educação e FENEP (Federação Nacional das Escolas Particulares), em que foi possível observarmos algumas dificuldades, sendo elas: realização de aulas com a utilização de ferramentas tecnológicas, acessibilidade, comportamento das famílias e consequências causadas ao campo educacional com a implementação das aulas remotas.

Durante a primeira etapa de entrevistas, conversamos com docentes oriundos de instituições públicas e privadas, sobre a utilização de ferramentas tecnológicas, perguntando sobre suas experiências com a tecnologia, se eles tinham conhecimento e se houve algum tipo de suporte por parte da instituição escolar a qual eles trabalhavam. Verificamos que a maioria não sabia utilizar essas ferramentas, bem como não as conheciam. Além disso, muitos relataram que nem sempre tinham o suporte da instituição de ensino para com a metodologia nova aplicada.

Os docentes das instituições particulares de grande porte, relataram que a própria escola tinha um setor responsável pela edição de vídeos, assim como receberam treinamento de como deveriam ser desenvolvidas as vídeo aulas. Já os oriundos de escolas particulares de pequeno porte, relataram dificuldades em relação a utilização da tecnologia, a falta de suporte ou orientação de como proceder nas aulas remotas e a necessidade de utilizar recursos

próprios para se capacitar ou adquirir materiais, como quadro, caneta de quadro e aparelhos tecnológicos com mais suporte para a criação dos vídeos.

Os docentes das instituições públicas do Município do Rio de Janeiro nos informaram que as aulas eram gravadas através de vídeos, por meio de editores gratuitos como Inshot, e utilizavam o Google Meet para o encontro com os alunos com duração de 2 horas, dependendo da instituição. Os discentes relataram que não conheciam ferramentas que pudessem auxiliá-los em suas aulas, tendo muita dificuldade em produzir suas videoaulas que envolvessem seus alunos na aprendizagem.

Além das aulas remotas, na rede municipal de ensino, eram disponibilizadas todas as atividades impressas a serem retiradas na escola pelos pais e responsáveis porém, nem todos tinham acessibilidade tecnológica e a participação era muito pequena.

Logo, nessa primeira etapa de pesquisa obtivemos o seguinte resultado: dos 28 docentes entrevistados, 15 afirmaram que não conheciam nenhuma ferramenta que pudessem utilizar, dos 13 que tinham conhecimento, 7 não sabiam como usar e 6 tinham algum tipo de dificuldade em seu manuseio. Ou seja, mais da metade dos professores não sabem utilizar ou não conhecem nenhuma ferramenta tecnológica que possa ajudá-los em suas aulas. Dados esses ilustrados no Quadro 1 deste trabalho.

Quadro 1- Pesquisa com 28 professores sobre o conhecimento de ferramentas tecnológicas (TICs)

Conhecimento de ferramentas tecnológicas	Quantidade
Não conheciam nenhuma ferramenta	15
Conheciam, mas não sabiam utilizar	7
Conheciam, mas tinham dificuldade no manuseio	6

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma professora do Maternal I, de uma instituição de ensino particular, afirmou que descobriu uma ferramenta para edição de vídeo, *Kinemaster* e *Inshot*, por intermédio de grupos de uma rede social, destinada a professores do 2º ano do Ensino Fundamental e a partir daí conseguiu deixar suas aulas mais dinâmicas. Porém, ela alegou não ter participação das famílias, não sabendo como seus alunos estão se desenvolvendo nas atividades e não se sentindo segura em realizar as avaliações e elaborar seus relatórios durante o ano letivo.

A segunda parte da entrevista foi direcionada a participação e comportamento das famílias e dos alunos durante o ensino remoto, a qual observamos que quanto mais baixo era o nível socioeconômico, menor era a participação das crianças nas atividades. Entretanto, independente da classe social, as famílias se sentiam despreparadas para auxiliar seus filhos durante as aulas, sem uma rotina para que a criança pudesse se adaptar a essa nova realidade e muitos deles recorriam a professores particulares para desenvolver essa prática.

Em conversa com 15 famílias de alunos de escolas particulares, com nível socioeconômico médio e alto, obtivemos uma parcela significativamente alta que garante não estar preparada para ajudar seus filhos nas atividades. Das 15 famílias entrevistadas, 7 afirmam que o ano está perdido e que neste momento manter seus filhos matriculados em uma escola se torna algo secundário. Do restante, 5 não conseguem realizar as atividades pois, afirmam que dividir seu tempo entre trabalhar e ajudar seus filhos com os estudos não está sendo fácil. Algumas até recorrem a professores particulares para cumprir esta tarefa.

De outro modo, aquelas que não possuem condições de pagar por aulas particulares, 2 famílias nessa situação, nos informaram que só realizam as atividades quando existe tempo hábil para isso, e somente 1 família está conseguindo se adequar, mantendo uma rotina entre o

trabalho dos pais e a educação dos filhos. Entretanto, o que mais surpreende, é a ausência de uma rotina em que não existe um tempo dedicado às aulas remotas. Dados demonstrados no Quadro 2 deste trabalho.

Quadro 2- Sobre o comportamento em geral das famílias de nível socioeconômico médio e alto de alunos de escolas particulares no ensino remoto.

Comportamento das famílias	Quantidade
Acham que os filhos perderam o ano	7
Não conseguem realizar as tarefas	5
Estão se adaptando, mas com dificuldade	2
Conseguiram de adaptar	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Percebemos que esse número aumenta quando são famílias de estrutura socioeconômicas baixa, maioria de escolas públicas, passando para quase 60%, faixa populacional para a qual é secundária a conscientização sobre a importância de dar continuidade com a educação da criança nesse cenário de pandemia, conforme demonstramos no Quadro 3 desta pesquisa. Para essas famílias, não é importante que o aluno nessa fase perca o ano letivo, pois, “perder o ano” não faria diferença, podendo ser recompensado no ano seguinte, traduzindo na grande evasão escolar na Educação Infantil em tempos de pandemia.

Nas escolas municipais, além das aulas serem remotas, tinham encontros virtuais com os alunos, para proporcionar momentos de interação com seus colegas de classe e fixação dos conteúdos. Entretanto, os docentes relataram que as crianças não conseguiam ficar tanto tempo à frente do computador, havendo dispersão e desistência dos pais em ajudá-los a permanecer na aula. Pois, por mais que o professor se esforçasse, trazendo atividades lúdicas e divertidas, para os alunos, aquilo era muito maçante e cansativo.

Em conversa com uma professora da escola municipal do Rio de Janeiro, nos relatou sobre a dificuldade dos alunos nas aulas virtuais. Para ela, ficar 2 horas com seus alunos em aula remota era inviável, pois as crianças não conseguiam se manter atentas por tanto tempo. Além disso, elas não reconheciam a sua casa como espaço de aprendizagem, espaço esse que substituía a sala de aula, pois a criança associava a sua casa como o local de brincar, estar com os pais e não de estudar. Logo, ela afirmou que, para que esses encontros funcionassem, era necessário que o tempo fosse menor, 2 horas é muito tempo para estarem concentrados, os pais e os professores, teriam que conversar com a criança sobre o momento a qual eles teriam que passar, mostrando que as aulas seriam diferente, começando a trabalhar essa mudança e readaptação. *“Se para nós que somos adultos, que conseguimos entender o que está acontecendo, está sendo difícil, imagine para eles. Tão pequenos, com 2,3,4 e 5 anos. É exigir uma maturidade e entendimento a qual eles ainda não desenvolveram. Nós como adultos precisamos dar esse apoio a eles, conversando e trabalhando a readaptação. Mas principalmente respeitar seus sentimentos, o seu tempo.”*

Já em conversa com a mãe de uma aluna do Pré I, da rede municipal, informou que a professora enviava os vídeos e atividades a serem feitas com a criança nos grupos de Whatsapp da turma. E qualquer dúvida ou dificuldade da criança em realizar as atividades, a professora estava sempre disponível a ajudá-la. Ela relatou também que no início foi muito difícil esse novo cenário educacional, mas que com o tempo a sua filha conseguiu se readaptar, interagindo melhor ao assistir as aulas e fazer as atividades.

Quadro 3- Sobre o comportamento em geral das famílias de nível socioeconômico baixo no ensino remoto

Comportamento das famílias	Quantidade
Acham que os filhos perderam o ano	9
Não conseguem realizar as tarefas	3
Estão se adaptando, mas com dificuldade	3
Conseguiram de adaptar	0

Fonte: Dados da pesquisa.

Outro fator observado foi a mudança no comportamento social em relação à escola durante a pandemia, pois, de acordo com a pesquisa realizada em uma matéria do site da Agência Brasil, muitas matrículas foram canceladas, principalmente na educação infantil. Essa movimentação atípica ocorreu principalmente pelo desemprego em massa dos pais durante a pandemia, momento em que muitas famílias passaram a não possuir condições financeiras de manter seus filhos matriculados na escola. Outras, mesmo com a perda de salários ou a sua redução, preferiram optar pela obtenção de descontos junto às instituições particulares. [Porém] em entrevista realizada pela Melhor Escola, 37,7% dos responsáveis entrevistados solicitaram desconto, porém 39,5 % das instituições negaram o pedido. (TOKARNIA,2020, p.1).

Essa realidade se torna algo preocupante para as escolas particulares, principalmente as de pequeno porte, pois com o cancelamento de matrículas em massa, várias instituições se viram obrigadas a encerrarem suas atividades, resultando em demissões e vários profissionais desempregados. E, infelizmente, a estimativa realizada pela FENEP é que dois terços dos estudantes deverão abandonar as creches particulares este ano, o equivalente a 1 milhão de crianças fora das escolas em todo o país. Algo preocupante, pois quando as aulas retornarem muito desses alunos não conseguirão ser matriculados nas instituições públicas, visto que, por

lei (Lei 12.796/2013 que altera a lei 9.394), a matrícula é obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e o cancelamento da matrícula só pode ser realizado se os pais comprovarem que os filhos estão matriculados em outra instituição (TOKARINA,2020).

Sendo assim, a pergunta que fica é se as escolas públicas terão capacidade estrutural de receber tantos alunos oriundos das escolas particulares, pois: “[h]á redes públicas já verificando que pode haver uma demanda muito alta no retorno [às aulas presenciais]. E [pode ser] que as redes públicas não consigam atender, porque já existe uma limitação de atendimento na educação infantil” (TOKARINA, 2020, p.1) .

Por fim, discutimos a acessibilidade aos meios tecnológicos, visto que, mesmo em um mundo digital, ainda existem famílias que não possuem acesso à internet, principalmente aquelas com crianças de regiões rurais e periferias.

Segundo dados do levantamento "TIC Domicílios 2019", formulado pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC), aproximadamente 30% dos lares no Brasil não têm acesso à internet. Esse estudo apresenta uma diferença expressiva entre as classes sociais, tendo em vista que famílias cuja renda é de até 1 salário mínimo, metade não consegue acessar a internet em suas casas. (TENENTE, 2020, p.1).

Sendo assim, aquele aluno pertencente à família de baixa renda não tem as mesmas condições e possibilidades que os demais, e conseqüentemente, tem sua aprendizagem prejudicada e em sua maioria anulada neste período. As maiores dificuldades apresentadas pelas famílias indicadas na pesquisa realizada pela CETIC, assim como por algumas famílias entrevistadas para essa escrita, são: locais sem estrutura para que as crianças estudem; ausência de aparelhos tecnológicos, como computadores, telefone celular Android, tablets ou

notebooks; dificuldade no acesso à internet, problemas de conexão e baixos índices de leitura e escrita.

No cenário atual, o poder público vem atuando para que essa desigualdade possa ser superada durante a pandemia, mas será que essa iniciativa permanecerá e se transformará em uma prática de cidadania assistencialista para toda a população?

Santos (2020, p.15), em seu artigo “Tecnologías digitales frente al escenario del COVID-19: (in) efectividad del derecho educativo brasileño?”, traz um questionamento sobre qual tipo de estratégia podemos pensar, a nível macro, tratando do uso tecnológico como alternativa educacional, formação do aluno e direito à educação. Além disso, traz uma reflexão sobre a exclusão digital, a desigualdade social e de direitos, que sempre estiveram inseridas em nossa sociedade, ficando ainda mais expressivas durante a pandemia, principalmente em relação à disparidade social entre alunos de escolas públicas e particulares.

“Quando pensamos na formação dos alunos e no direito à educação, que, garantido pela Constituição, vemos que não estamos olhando - no nível macro - estratégias de ações para que os alunos da rede pública inferior sejam protegidos pelo Estado brasileiro e tenham condições de continuar com as atividades escolares vinculadas ao governo.”

Nesse diapasão, os governantes trouxeram quatro propostas de auxílio financeiro para alunos de baixa renda, visando o acesso a planos de internet com baixo custo e aquisição de equipamentos tecnológicos, a fim de melhorar a qualidade de acesso ao ensino.

O Senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou a PL 3.462/2020⁶, que cria o Auxílio-Conexão para assegurar aos estudantes de baixa renda a educação a distância por meio do acesso à rede de internet em banda larga fixa e móvel. Na página do Senado Federal, o senador ressalta que a interrupção do funcionamento das escolas levou à necessidade de

⁶ Documento na íntegra, disponível:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8124108&ts=1594026593763&disposition=inline>

busca de alternativas, em que a educação a distância se tornou a solução mais frequente, mas que depende do acesso à Internet em banda larga.

Outra proposta apresentada visando a acessibilidade tecnológica, foi realizada pelo Senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), a PL 3.466/2020⁷, que cria o subsídio permanente, o Programa Bolsa Internet, destinado à subvenção econômica nos serviços de conexão à internet prestados nas modalidades fixa ou móvel, destinado às famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, também registradas no CadÚnico. O benefício financeiro será equivalente a, no mínimo, R\$ 15 por mês. Para o senador, o ensino a distância deixou de ser uma forma complementar de educação, para se tornar o principal meio de realização das atividades escolares. Segundo ele, é fundamental que os alunos tenham à sua disposição uma “robusta” infraestrutura de conexão à internet.

Para facilitar o acesso à internet em tempos de pandemia, o presidente da comissão de Educação (CE), senador Dário Berger (MDB- SC), apresentou a proposta que garante aos alunos de escola pública acesso gratuito à internet por meio de conexões fixas e móveis, através da PL 2.775/2020⁸, onde as empresas prestadoras de serviço de telecomunicações que provém de acesso à internet não descontem do volume de dados contratado por pais e responsáveis destes alunos, sendo válida para planos pós-paga e pré-paga. Essa proposta poderá durar até um ano após o fim da calamidade pública.

⁷ Documento na íntegra, disponível:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8124428&ts=1596462016768&disposition=inline>

⁸ Documento na íntegra, disponível:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8113327&ts=1601998537064&disposition=inline>

E por fim, o projeto de Lei 3.491/2020⁹, que disponibiliza uma linha de crédito para aquisição de tablets, computadores, para aqueles que não os possuem, a fim de apoiar a educação pública brasileira durante a pandemia.

Diante dessas propostas, podemos observar que somente uma, a PL 3466/2020, possui uma visão estratégica a nível macro, como afirma SANTOS (2020) em seu estudo, visto que, nesta PL, a proposta está inserida em fornecer auxílio em relação a acessibilidade, não se restringindo ao período da pandemia e sim proporcionar um direito permanente a esses estudante durante toda a sua jornada escolar. Reforçando o direito à educação, a qual está descrito na nossa Constituição.

Logo, o cenário educacional se resume em três situações: professores temendo pela educação de seus alunos, por seus empregos, se reinventando para proporcionar aulas de qualidade, pelo abalo a sua saúde mental devido ao desgaste e pressão para que o ensino aconteça e pelos seus salários sendo reduzidos devido a grande parcela de cancelamentos de matrículas. E por outro lado, famílias tendo que se reestruturar para que seus filhos continuem estudando e alunos reaprendendo a aprender, mesmo não existindo acessibilidade democrática à tecnologia. Um retrato típico da educação brasileira, representada como se fosse uma peça de teatro baseada em um drama com lutas, superações, tristezas e alegrias, com seus atores principais vivenciando cada ato com coragem e dedicação.

CONCLUSÕES

A chegada do Coronavírus em nosso país modificou a estrutura de toda uma população, tendo que nos reajustar a esse novo normal de convivência humana e vários

⁹ Documento na íntegra, disponível:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8125412&ts=1596462649924&disposition=inline>

setores tiveram que se reestruturar para atender às necessidades da população, não sendo diferente na educação.

Com as escolas fechadas, as salas de aula transformaram-se em qualquer cômodo da casa que tenha estrutura para ensinar e aprender, as crianças estão sendo expostas a uma nova forma de aprendizagem e professores tendo o desafio de educar sem estar presente fisicamente, tornando-se “apresentadores de programa infantil” “ou “*youtubers*” para entreter seus alunos. Acrescenta-se que, se por um lado existe uma classe preocupada como ensinar, por outro temos uma que vem se unindo para auxiliar uns aos outros nessa caminhada, disponibilizando, assim, cursos online gratuitos e troca de ideias em redes sociais, permitindo que os professores possam explorar essas novas oportunidades.

As famílias passaram a ter responsabilidade de mediação com as crianças, sendo peças fundamentais para que a aprendizagem aconteça e a Educação Infantil passou a ser traduzida em uma etapa sem importância, mediante o “achismo” de que esses alunos podem se readaptar normalmente quando essa crise acabar. Portanto, precisamos entender que toda fase educacional é importante e quando uma delas é interrompida, pode causar danos no processo educativo e no desenvolvimento integral do aluno.

Sendo assim, diante da necessidade de se manter a aprendizagem dos alunos a fim de se manter o ano letivo, a proposta do ensino remoto foi sugerida e implementada, até mesmo para turmas da educação infantil. Porém, há uma preocupação na implementação deste método para crianças tão pequenas. Entretanto, com as metodologias corretas podemos sim realizar sua aprendizagem, respeitando e entendendo como esse indivíduo se comporta, pensa e suas preferências.

A neurociência também nos auxilia nesta prática, pois ela permite entender como o cérebro de um indivíduo na primeira infância aprende e como podemos estimulá-lo em prol de seu desenvolvimento cognitivo e motor. Sendo assim, várias são as ferramentas tecnológicas que podemos utilizar para esse fim, visto que temos alunos cada vez mais conectados com a tecnologia.

Porém, para que essas ferramentas sejam utilizadas de maneira correta, é necessário que sejam apresentadas aos professores, por meio de formação continuada e com reuniões com equipe de gestão pedagógica atuando junto com seus docentes e apresentando propostas. No entanto, todo esse trabalho só será válido se as famílias cooperarem, pois é necessário que exista a participação de todos, comunicação e interação entre a família e a escola.

Logo, a dificuldade é um fato, a desigualdade social nesta pandemia está mais expressiva e sabemos que nem todos têm as mesmas condições de acessibilidade e oportunidade. Ainda assim, mesmo que a continuidade no processo educacional dos seus filhos seja inviável, é importante que as famílias permaneçam estimulando de alguma forma o desenvolvimento da criança. Visto que, vários recursos simples podem ser utilizados, como brincar, pintar, dançar e ler histórias que estimulem várias partes do corpo e permitam trazer para elas coisas novas. Todas essas práticas já estão inseridas no cotidiano da criança, pois sua implementação é democrática, tendo todos acessibilidade, por não exigir a necessidade da tecnologia, bastando apenas explorá-la e saber como estimular esses alunos para que possam reproduzir seus pensamentos e sentimentos por meio de ações. Como a educadora Emília Ferrero afirma: *“por de trás da mão que escreve, que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa.”*

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 ago. 2020.
- BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1998.
- COLL, MARCHESI, PALACIOS & COLS. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- COSENZA, Ramon M. **Neurociência e educação: Como o cérebro aprende**. 1. ed. [S. l.]: Artmed, 2011. 151 p. v. 1. ISBN 978-8536325484.
- ESTRELLA, Bianca; LIMA, Larissa. Educação e coronavírus. *In: CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia*. Brasília: Ministério da educação, 28 abr. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- LENT, Roberto. **O cérebro aprendiz: Neuroplasticidade e educação**. 1. ed. atual. [S. l.]: Atheneu, 2018. 148 p. v. 1. ISBN 978-8538809371.
- DOS SANTOS, G. M. T. Tecnologías Digitales Frente al Escenario del Covid-19:(In)Efectividad del derecho educativo brasileño?. **Brazilian Journal of Policy and Development - ISSN: 2675-102X**, v. 2, n. 3, p. 35-54, 28 set. 2020. DOI:[10.29327/210816.2.3-2](https://doi.org/10.29327/210816.2.3-2)
- PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. 6. ed. atual. [S. l.]: Summus editorial, 2015. 176 p. ISBN 978-8532310361.
- TENENTE, Luiza. **30% dos domicílios no Brasil, não tem acesso à internet: veja números que mostram dificuldades no ensino a distância**. G1, Rio de Janeiro, 26 maio 2020. G1 educação, p. 1-1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/26/66percent-dos-brasileiros-de-9-a-17-anos-nao-acessam-a-internet-em-casa-veja-numeros-que-mostram-dificuldades-no-ensino-a-distancia.ghtml>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- TOKARINA, Mariana. **Pais cancelam matrícula de crianças em creches particulares**. Agência Brasil, [S. l.], p. 1-1, 23 maio 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/pais-cancelam-matriculas-de-criancas-em-creches-particulares>. Acesso em: 25 ago. 2020.